



### **FASCÍCULO "MEIO AMBIENTE" DA COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO RESPONSÁVEL: ASPECTO FINANCEIRO**

Motivados pela visão de que a educação financeira deve estar incluída no âmbito da educação para o consumo, neste trabalho situamos o aspecto financeiro no contexto da proposta dos Temas Transversais (BRASIL, 1998a) intitulados Meio Ambiente e Trabalho e Consumo, assim como no fascículo Meio Ambiente e Consumo (IDEC; INMETRO, 2002a). Este último faz parte da Coleção Educação para o Consumo Responsável, cuja publicação, elaborada pelo Idec e pelo Inmetro, inclui ainda os títulos "Saúde e Segurança", "Publicidade", "Direito" e "Ética" e foi motivada pela abordagem do consumo realizada nos Temas Transversais. Comparativamente, dentre as três textos o fascículo tem a visão mais técnica e dispensa menos espaço para o elemento financeiro.

Palavras-chave: Educação Financeira, Temas Transversais, Coleção Inmetro/IDEC.

Motivated by the view that financial education should be included in education for consumption, in this paper we situate the financial aspect in the context of Cross-cutting Themes proposals (BRAZIL, 1998a) entitled Environment and Labour and Consumption, as well as in the Environment and Consumption fasciculus (IDEC; INMETRO, 2002a). The latter is part of the Education for Responsible Consumption collection, an Idec and INMETRO publication that also includes the "Health and Safety", "Advertising", "Right" and "Ethics" titles and was inspired by the Transversal Themes approach of consumption. Comparatively, the fasciculus has the most technical vision and devotes less space for the financial element.

Keywords: Financial Education, Transversal Themes, INMETRO / IDEC Collection.

Abdala Mohamed Saleh [\[i\]](#)

EIXO TEMÁTICO: Educação, Sociedade e Práticas Educativas.

#### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Em nosso cotidiano de consumidores a questão financeira se apresenta de forma veemente por meio do enorme rol de situações e atividades em que estamos envolvidos: pagamentos das contas de água, luz, condomínio, mensalidades escolares, supermercado, compra da lista de material escolar dos filhos, manuseio do cartão de crédito, endividamento, inadimplência, etc. Estas ações estão contidas em algo mais amplo que rege a economia do Brasil e do mundo. Na história recente, destaca-se, por exemplo, a crise financeira deflagrada em 2008 que tem repercussões na mídia até os dias de hoje.

Há uma soma de fatores que favorecem as crises financeiras, tais como mudanças legislativas, política

monetária, enfraquecimento do controle e concessão de créditos (endividamento) (AMARAL, 2009). Notadamente, o endividamento é algo bastante relevante na vida das famílias, das empresas e do Estado, pois “É a forma social encontrada para vencer a frustração colocada pelas limitações materiais à realização de objetivos” (AMARAL, 2009, p. 137).

O nosso interesse pela questão financeira segue de nossos trabalhos anteriores dos quais fazemos um breve retrospecto. Desenvolvemos (SALEH, 2010; SALEH & SALEH, 2010; SALEH & SALEH, 2012) um modelo de “Educação para o Consumo Responsável” (ECR), que buscou representar as diretrizes apontadas na coleção “Educação para o Consumo Responsável” organizada pelo Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – e IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor e explicitar a inter-relação desses diversos aspectos, sugerindo uma possível forma de analisar e sistematizar a questão do consumo, a partir da observação dos papéis desempenhados pelas empresas, produtos e serviços. A coleção do Inmetro/IDEC compõe-se dos fascículos “Meio Ambiente” (INMETRO; IDEC, 2002a) “Saúde e Segurança” (INMETRO; IDEC, 2002b), “Publicidade” (INMETRO; IDEC, 2002c), “Direito” e “Ética” (INMETRO; IDEC, 2002d), todos relacionados ao consumo.

Embora fornecer subsídios para uma reflexão sobre o consumo nos anos finais do ensino fundamental seja, como sugere o título, o foco da coleção, não há um fascículo destinado especificamente ao aspecto financeiro, o que o coloca em segundo plano na abordagem do consumo, ainda que praticamente todos os fascículos o incluam de alguma forma.

Revisamos, então, o nosso modelo ECR de forma a evidenciar a importância do elemento financeiro (SALEH; SALEH, 2013), considerando como ponto central a quantidade “preço”, por esta influenciar fortemente as decisões que envolvem a aquisição de um produto ou serviço.

Em outros termos, descrevemos o  $Preço_{ECR}$  como sendo igual à somatória de preços individuais ( $Preço_{1,2,3,4,5}$ ) e que se relacionam às vertentes MA (Meio Ambiente), S (Saúde e Segurança), Pu (Publicidade), D (Direito) e E (Ética). Tais vertentes conectam-se aos títulos dos fascículos da coleção do Inmetro/IDEC aos quais voltaremos em seguida.

Em trabalho recente (SALEH; SALEH, 2013) nos voltamos para o ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira, programa de Estado, em parceria com a iniciativa privada, lançado no Brasil em 2010. O objetivo do ENEF é favorecer o acesso do cidadão aos conhecimentos básicos acerca do sistema financeiro no Brasil, conscientizando-o acerca de suas opções relacionadas aos bens materiais (O QUE É, 2012). Como procuramos mostrar (SALEH; SALEH, 2013), esse programa deveria possibilitar ao educando não só a compreensão básica do funcionamento do sistema financeiro, como também o reconhecimento das possibilidades e limites deste.

Essa necessidade fica ainda mais evidente quando consideramos o cenário financeiro atual, que ainda sofre os efeitos da crise financeira mundial visibilizada em 2008, cenário que exerce influência sobre o movimento de estímulo e contenção das economias mundiais, tendo reflexos nos padrões de consumo e que pode, em contexto de oferta indiscriminada de crédito, aumentar o superendividamento das famílias (SALEH; SALEH, 2013).

Neste trabalho pretendemos explorar a posição do aspecto financeiro nos Temas Transversais (BRASIL,

1998a) dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998b) Meio Ambiente e Trabalho e Consumo, assim como no Fascículo Inmetro/IDEC - Meio Ambiente e Consumo (IDEC; INMETRO, 2002a), que pertence à Coleção Educação para o Consumo Responsável. A publicação desse fascículo, assim como dos demais da coleção, foi motivada pela abordagem do consumo realizada nos Temas Transversais, doravante TTr.

Embora não fique explícito em qual desses temas exatamente a coleção se baseia, há dois nos quais a questão do consumo merece destaque e são estes que consideraremos neste trabalho: Meio Ambiente (MEIO AMBIENTE, 1998) e o Trabalho e Consumo (TRABALHO, 1998); o tema trabalho não recebeu um título da coleção.

A escolha desses títulos para este estudo se deve à notável ênfase que tanto a comunidade acadêmica como a não acadêmica dão ao tema meio ambiente. Minimizar os efeitos da ação do homem sobre o planeta, garantindo a existência de todos os seres vivos, passou a ser uma prioridade amplamente defendida.

Se quando se fala em trabalho e consumo a questão financeira é evidente, não é necessário ser especialista no assunto para também perceber em nosso dia a dia algumas implicações financeiras de questões ambientais. Um exemplo seria o desmatamento de áreas que deveriam ser preservadas, como por exemplo, encostas, nascentes e margens de rios, sejam para destiná-las à agricultura ou para a pecuária. A curto e médio prazo essa atividade pode gerar lucro para o proprietário, emprego e, portanto, renda para os seus funcionários, impostos pagos ao Estado, etc. No entanto, esse desmatamento pode gerar desequilíbrio ambiental, e levar, por exemplo, à ocorrência de deslizamentos nas encostas e enchentes em regiões tanto próximas como mais distantes. Isto gera prejuízos financeiros para proprietários rurais e comunidades que não estão necessariamente ligadas de forma direta ao setor agropecuário, reduzindo, portanto, a produtividade inclusive de outros setores, a empregabilidade e a geração de impostos, além de aumentar os gastos do setor público com saúde e infra-estrutura.

Um segundo exemplo são as implicações da poluição para a saúde e, conseqüentemente, para a questão financeira. Neste caso, nos reportamos a uma pesquisa realizada em 1999, cujos dados cobriram o período entre 1993 e 1995. O estudo concluiu que as doenças causadas pela poluição atmosférica na cidade de São Paulo geraram, apenas para o Sistema Único de Saúde (SUS), um gasto equivalente a 784 mil consultas médicas ou 10.100 partos normais (LAMBERT, 1999).

Os PCNs, por sua condição de documento oficial (BRASIL, 1998b), propõem bases teóricas e metodológicas mais gerais para o ensino dos TTr Meio Ambiente e Trabalho e Consumo; já a coleção Inmetro/IDEC tanto os recorta para privilegiar o consumo como o desdobra em diversos subtemas, propondo também módulos didáticos que contêm atividades que podem ser desenvolvidas junto aos alunos, incluindo-se aqui atividades das diversas áreas de conhecimento.

A seguir teceremos algumas considerações sobre o contexto político, econômico e ideológico da formulação dos PCN, bem como sobre a concepção dos TTr.

## **2.SITUANDO OS TEMAS TRANSVERSAIS “MEIO AMBIENTE” E “TRABALHO E CONSUMO”**

Os TTr (BRASIL, 1998a) contidos nos PCNs (BRASIL, 1998b) expõem como pontos fundamentais as ideias de cidadania e seus princípios democráticos. Tais ideias e princípios vão ao encontro do que o texto

constitucional de 1988 menciona: garantia da dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação, co-responsabilidade pela vida social. Esses elementos devem balizar a educação para a cidadania e se ligar às questões sociais e estas, por sua vez, à aprendizagem e à reflexão dos alunos. Deste modo, os PCN apostam na flexibilidade e na abertura do currículo escolar, levando à inclusão dos TTr formulados em termos de Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo.

Formalmente, os TTr são justificados pelos critérios de urgência social (respeito humano), abrangência nacional (mas contando com a participação das redes locais), possibilidade de ensino-aprendizagem no ensino fundamental, compreensão e participação da realidade social (capacidade reflexiva dos alunos). Estas dimensões estão necessariamente atreladas à reflexão Ética, por se referirem à liberdade de escolha e à convivência humana (BRASIL, 1998a).

Os PCN advertem que os conteúdos dos TTr não representam novas áreas e a escola, como espaço de educação de valores e atitudes, deve se incumbir de tratar de forma integrada os TTr e as áreas de conhecimento. Assim sendo, espera-se que haja um caminhar conjunto da visão transversal e da transformação pedagógica, no qual alunos, professores e comunidade relacionam-se entre si (BRASIL, 1998a).

Neste sentido, vale lembrar que nos anos de 1990 teve lugar um debate que girava em torno das várias maneiras que se apresentavam as políticas, a função do Estado unido em torno de um conjunto de ideias de perfil liberal, e as ligações entre economia e políticas públicas. Nos mesmos anos de 1990 ocorreu no Brasil uma centralização das políticas curriculares tanto no que diz respeito aos currículos nacionais como à ação que envolveu o controle da avaliação e dos livros didáticos (GENTILI, 1996; FE/UFRGS, 1996; MOREIRA, 1996 apud MACEDO, 2009).

Segundo Sandroni (1999, p. 421, grifo nosso): “[...] os neoliberais acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais cuja mola-mestra é o mecanismo dos **preços**”. Já vimos no início deste texto que o preço foi considerado em nosso modelo de Educação para o Consumo Responsável que leva em conta o fator financeiro (SALEH; SALEH, 2013). Do nosso ponto de vista esta quantidade seria a mais representativa do “mundo financeiro”.

Particularmente, os PCN (BRASIL, 1998b) - portanto, também os TTr (BRASIL, 1998a) - de acordo com diversos estudiosos (cf. por exemplo, CUNHA, 2007, p. 223; AUAD, 2005), se inserem no contexto da referida centralização, em decorrência da qual, conforme esses pesquisadores, foram rejeitadas as posições, análises e conhecimentos de cunho mais progressista que estavam sendo trabalhados por professores, pesquisadores, associações científicas e demais instâncias comprometidas com uma educação socialmente referenciada.

Ainda segundo esses autores, o direcionamento neoliberal dos PCNs buscou adaptar os saberes escolares às demandas do mercado, bem como as práticas pedagógicas dos professores ao ambiente escolar requerido pelo próprio mercado. Esses autores põem em causa, dessa forma, a possibilidade de os Parâmetros se constituírem como uma referência para uma educação capaz de “desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica em que é uma presença” (FREIRE, 2000 apud ROMÃO, 2008 p. 290).

Que influência essa perspectiva teve na elaboração dos TTr “Meio Ambiente” e “Trabalho e Consumo” e sobre

o lugar neles destinado ao aspecto financeiro

Já foi dito que o fascículo “Meio Ambiente e Consumo” é um material inspirado nos PCN, mas produzido por institutos voltados à defesa do direito do consumidor. Sabendo-se que tais textos podem se situar entre o tratamento técnico-científico e o pensar crítico, há diferença na abordagem - em especial a financeira - do fascículo em relação a esses TTr

A fim de criar condições para a elaboração de uma resposta a essas questões, na próxima seção, retomaremos a proposta dos TTr “Meio Ambiente” e “Trabalho e Consumo”, a fim de situar o aspecto financeiro nesses documentos.

### **3. TEMAS TRANSVERSAIS “MEIO AMBIENTE” E “TRABALHO E CONSUMO”: FOCO NO FINANCEIRO**

Na ótica do **TTr Meio Ambiente**, para dar conta do tema no ensino formal, devem-se considerar a relação sociedade-natureza do ponto de vista coletivo e individual, o aspecto político e a busca de solução para os problemas relacionados ao meio ambiente, tais como a ameaça à sobrevivência dos pescadores, saneamento básico, enchentes. Logo, para implementá-lo como tema transversal é preciso levar em conta os aspectos físicos e biológicos e a interação ser humano-natureza (relações sociais, do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia) (MEIO AMBIENTE, 1998).

Conforme o TTr, prevalece na civilização ocidental as interações sociedade/natureza adaptadas às relações de mercado. Das revoluções industriais ao desenvolvimento de novas tecnologias, verificou-se o grande aumento da exploração dos recursos naturais. Neste processo mercadológico, há a transformação que vem da matéria prima e alcança os produtos mais sofisticados que são procurados pelos consumidores mundiais (MEIO AMBIENTE, 1998).

Desta forma, discutir a questão ambiental requer um esclarecimento acerca das referidas relações de mercado, grupos de interesses e condições do meio ambiente. Esse processo, segundo o documento, decorre da formação econômica predominante e em expansão, cujo funcionamento pode ser descrito como um circuito que se inicia no processo de exploração da natureza, promove a destruição dos recursos naturais, passa pela criação de necessidades e retorna num crescimento desmedido das demandas quantitativas e qualitativas daqueles recursos, desembocando numa violenta exploração dos recursos naturais, incluindo neste processo as populações necessitadas dos países subdesenvolvidos como o Brasil (MEIO AMBIENTE, 1998).

Dessa forma, defender a qualidade do meio ambiente é levar em conta a melhoria das condições econômicas de boa parte da humanidade que vive em situações de pobreza e miséria. Por outro lado, o desenvolvimento econômico deve se submeter a uma exploração dos recursos naturais que seja razoável e responsável (MEIO AMBIENTE, 1998).

O TTr lembra que o caráter estratégico dos recursos naturais influencia a organização político-econômica dos governos, incluindo-se aqui a influência que imensos empreendimentos transnacionais produzem nas decisões governamentais (MEIO AMBIENTE, 1998).

Segundo o TTr, podem-se considerar dois tipos de **crise**: a **ambiental** ou **civilizatória**. A primeira crê na

ciência para se desenvolver soluções tecnológicas e econômicas em resposta aos problemas que aparecem. A segunda aponta no sentido de que o problema ambiental é sintoma do modelo atual de civilização e há necessidade de grandes mudanças na visão de mundo, de natureza, de bem estar, considerando o homem como integrante e não dono da natureza e “a educação como elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental” (p. 180). É interessante questionarmos sobre a direção que o fascículo do Inmetro/IDEC assume em relação a estas duas visões.

De acordo com o TTr, aspectos como saneamento, saúde, cultura, resolução sobre políticas de energia, de transportes, etc. devem necessariamente ser considerados na questão ecológica ou ambiental. A ação recíproca entre instância pública e todos esses setores faz parte do complexo tratamento que deve ser destinado à Educação Ambiental (MEIO AMBIENTE, 1998). A energia é um dos temas dos mais importantes quando o assunto é meio ambiente e será mencionado, em linhas gerais, no decorrer do artigo ao se tratar do seu aspecto econômico, social e tecnológico.

Nesse sentido, a educação ambiental visa à formação de cidadãos conscientes que busquem o bem estar de cada um e da sociedade local e global. No âmbito da relação entre a comunidade e a escola, propõe-se trabalhar este tema transversal de forma a propiciar a reflexão entre alunos, na comunidade escolar, entre escola e bairro e entre as competências mais elevadas da administração pública (MEIO AMBIENTE, 1998).

A necessidade de transversalização do tema nas áreas de conhecimento é reconhecida quando se leva em conta que a formação social, as vertentes de ordem política, econômica e cultural definem a organização do território (gestão Homem - espaço natural) (MEIO AMBIENTE, 1998).

A cidadania, de acordo com o documento, passa por esta preocupação de organização do território e pelo reconhecimento do direito a melhores condições de vida.

A partir da nossa resenha, é possível perceber, por um lado, que há uma crítica à submissão das interações sociedade-natureza às relações de mercado, por outro, que a questão financeira permeia toda a discussão do TTr Meio Ambiente, ao se referir seja aos problemas relacionados ao meio ambiente - sobrevivência dos pescadores, saneamento básico, enchentes - seja ao processo mercadológico que caracteriza a formação político-econômica predominante e suas consequências - o consumismo e a desigualdade social, ou ainda à necessidade de interação entre a instância pública e os diversos setores da sociedade para o enfrentamento dos problemas ambientais.

No entanto, concordamos com Bonfim et al. (2013) que há fragilidade nos conteúdos propostos pelo TTr [\[iii\]](#), pois nessa parte o texto

[...] não problematiza, não mostra como as diferentes classes sociais possuem responsabilidades e sofrem desigualmente as mazelas da degradação ambiental; não indica quem se beneficia com o incentivo ao consumismo e ao produtivismo; não questiona (talvez não fosse possível alcançar naquele tempo) o impacto causado também pelos recursos renováveis, na busca insaciável da sociedade atual por energia; e não problematiza a relação homem e ambiente no tocante à vida nas cidades, limitando-se à perspectiva conservacionista (que só compreende essa relação com a delimitação de territórios)” (BOMFIM et al., 2013, p. 35).

Diante disso, o documento ensaia, mas parece ter dificuldade de privilegiar conteúdos com potencial de viabilizar um encaminhamento pedagógico que tenha em vista o questionamento pelos alunos do modelo político-econômico vigente.

Além disso, o aspecto financeiro está pressuposto em toda a discussão, mas não é explorado pelo documento. Isto é, há um predomínio de questões mais amplas - relações de mercado, processo mercadológico, formação econômica, relações político-econômicas, modelo econômico concentrador de renda e riqueza, modelo de desenvolvimento, globalização econômica, etc. - em detrimento de uma visão que leve à ação. Há excessões como:

A falta de articulação entre ações sistemáticas de fiscalização, Legislação e implantação de programas específicos que caracterizariam uma **política ambiental** adequada, além da falta de valorização por parte de todos, induz esses grupos a deixar essas áreas devastadas, o que **custará caro à saúde da população e aos cofres públicos** (MEIO AMBIENTE, 1998, p. 175, grifo nosso).

Â

Dessa forma, parece-nos que a ausência de uma discussão sobre os problemas apontados por Bonfim et al. (2013) como de ênfase nas implicações financeiras dos problemas ambientais - cujas consequências atingem diversos setores, tais como saúde, infra-estrutura, a produção de alimentos, etc., e são mais intensas para os mais pobres - acaba por não contribuir para se ter uma noção mais aproximada do real custo desses problemas para a sociedade, especialmente para a classe baixa. Nesse sentido, seria necessário contabilizar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas em decorrência dos problemas ambientais. O que se perde e o que se deixa de produzir nos diversos setores O que se investe para minimizar as consequências dos problemas E o que deixa de ser investido em outras áreas, para a melhoria das condições de vidas dessa parcela da população

Passemos agora ao **TTr Trabalho e Consumo**. Para o documento, consumir um produto ou serviço significa dizer que houve ali um **trabalho**, que envolveu relações sociais construídas historicamente. Tematizar o trabalho e o consumo significa, então, esclarecer o mecanismo de funcionamento das relações acima mencionadas e as necessidades e desejos construídas no seu bojo, bem como os produtos e serviços que irão atender a essa demanda. Neste sentido a dinâmica trabalho-consumo deve favorecer formas de atuação que visem à distribuição de riqueza produzida socialmente e a educação escolar deve estar aí presente (TRABALHO, 1998).

As referidas relações ocorrem entre seres humanos e estes com a natureza levando em conta aspectos econômicos, políticos e culturais que serão materializados na forma de bens e serviços. Porém, há conflitos neste processo que dizem respeito à desigualdade na estrutura produtiva. Dessa forma, a partir das relações de trabalho e consumo é possível analisar as relações entre os homens em sociedade, as quais são geralmente ofuscadas pela afirmação recorrente de que: “[...] todos são igualmente livres tanto para trabalhar e escolher um tipo de trabalho como para consumir”. Essa afirmação não considera as desigualdades de acesso ao trabalho, aos bens de consumo e aos serviços, ou a distribuição diferenciada entre as classes sociais” (TRABALHO, 1998, p. 343).

Às desigualdades de classe, somam-se as diferenças de gênero, etnicorracias, urbano e rural, de escolaridade, todas igualmente exageradas no Brasil. “Essa desigualdade compromete a democracia e, conseqüentemente, a construção da cidadania” (TRABALHO, 1998, p. 344). Já comentamos que cidadania e democracia são pilares na elaboração dos PCN. Portanto, é razoável supor que essa posição, que assenta em primeiro plano a desigualdade, deve organizar toda a discussão proposta no TTr Trabalho e Consumo.

Nesse volume, defende-se que, mediante a enorme complexidade e necessidade imediata de se debater o trabalho e o consumo, o Estado, a sociedade civil e todos os cidadãos devem ser mobilizados no sentido de estimularem a “distribuição de renda, políticas de habitação, saúde, alimentação e educação” (TRABALHO, 1998, p. 362).

O documento critica o modo de operação que visa exclusivamente o lucro, pois isso faz com que grandes empresas - vinculadas ao capital internacional - subcontratem outras, num dado local, durante um tempo conveniente, formando precárias cadeias produtivas, processo que leva ao surgimento do subemprego e do desemprego e que demanda a ação do Estado e da sociedade civil com intuito de se promover políticas públicas e destinação de recursos que reforcem as alternativas locais (materiais e humanas).

Diante disso, o TTr Trabalho e Consumo propõe que “a escola atue com o compromisso de uma formação cultural e política sólida e abrangente, que possibilite uma compreensão crítica da situação atual e favoreça a participação e a cooperação” (p. 345). O documento afirma que a escola reproduz as condições mais gerais do trabalho e do consumo da sociedade, ou seja, pratica os valores, representações e posicionamentos desta. Porém, ela pode contribuir para incluir grupos desfavorecidos, juntamente com as políticas públicas. Cabe, então, à escola discutir tais com o intuito de não aceitar passivamente as condições de pobreza existentes e nela vivenciadas.

Vale mencionar ainda que há nesse TTr um bloco de conteúdo denominado “Trabalho, consumo, saúde e o meio ambiente”. Nele sugere-se, por exemplo, que se discutam as relações entre o ambiente construído e as diferentes formas de produção humana tomando “como parâmetro as ações propostas em educação ambiental de proteção, preservação, conservação, recuperação, degradação, analisando os tipos de trabalho e de consumo desenvolvidos nos diferentes modelos econômicos e suas repercussões” (TRABALHO e CONSUMO, 1998, p. 386).

Nessa linha de reflexão, trazemos um exemplo, apresentado no TTr, que enfatiza a vertente financeira. Já foi dito, em outros termos, que o trabalho representa uma transformação da natureza, pelos seres humanos, a fim de atender as suas necessidades. No exemplo, o documento procura desdobrar a ação desse trabalho realizado num simples ato de “beber um copo de leite”, que se inicia na ordenha da vaca: o líquido, após a ordenha, foi embalado, transportado, vendido e consumido. Neste caso houve a ação de trabalhadores, com seus respectivos direitos trabalhistas respeitados ou não, que se utilizou de energia para obter a matéria-prima e “movimentá-la” através de máquinas, caminhões, etc; os consumidores, que farão a escolha (consciente ou não) dos produtos do ponto de vista da higiene, da publicidade, da saúde e do respeito às leis do consumidor; o processo econômico-financeiro por meio de pagamentos, rendas auferidas, remunerações, impostos pagos, operações financeiras e de crédito (que envolve pagamento de juros).

Diante do brevemente exposto, em comparação com o TTr Meio Ambiente, este TTr assume uma posição

mais crítica em relação ao modelo político-econômico liberal, na medida em que considera que o Estado, a sociedade civil e todos os cidadãos devem ser mobilizados na discussão sobre os rumos do trabalho e do consumo.

Além disso, o TTr Trabalho e Consumo é bastante exitoso na proposição de uma ampla perspectiva na medida em que considera a diversidade de elementos implicados na cadeia trabalho-consumo. Contemplando-se inclusive o aspecto financeiro, o que o exemplo acima, que se refere a uma ação de consumo, contribui para elucidar.

Passemos agora à abordagem do fascículo Meio Ambiente do Inmetro/Idec.

Â

#### **4.FASCÍCULO MEIO AMBIENTE DO INMETRO/IDEC E O FINANCEIRO**

A publicação da coleção do Inmetro/IDEC ocorreu em 2002 e nela, ao contrário do TTr Trabalho e consumo, a saúde e o meio ambiente são tratados separadamente. O fascículo que nos interessa é o Meio Ambiente e Consumo (IDEC; INMETRO, 2002a). As discussões e propostas de atividades didáticas do fascículo estão organizadas em torno dos seguintes subtemas: a água, o lixo, a poluição do ar, a energia e o desmatamento. Não vamos detalhar este texto, pois ele é bastante técnico, no sentido de que, em termos gerais, realça as implicações “ecológicas” decorrentes do consumo desregrado e, conseqüentemente, a necessidade de cuidado com o planeta em suas várias facetas.

Dessa forma, vamos levantar apenas a questão econômico-financeira. Esse aspecto obviamente está implicado em todos os subtemas, uma vez que eles envolvem uma relação com a produção e o consumo de bens e serviços. A questão econômico-financeira aparece quando se abordam: 1) as desigualdades socioeconômicas - TTr Meio ambiente e Trabalho e Consumo também o fazem; 2) os problemas de economia internacional, como a crise do Petróleo dos anos 70; 3) o controle de gasto financeiro da água e da energia, em especial a elétrica; 4) as fontes alternativas de energia e 5) os fenômenos de mercado que produzem a poluição atmosférica e do ciclo do lixo.

É interessante notar que no capítulo destinado à **Água** não conseguimos identificar nenhuma referência que tivesse como objetivo abordar, ainda que indiretamente, o aspecto financeiro do consumo. No entanto, no Módulo Didático referente a esse subtema, o aspecto financeiro é contemplado em duas atividades: leitura de uma conta de água e redução do desperdício, na medida em que ambos envolvem fatores monetários.

Nesse sentido vale contrapor a abordagem do TTr Meio Ambiente que se a refere à água num contexto em que discute o fato de um modelo econômico concentrador de renda e riqueza favorecer a miséria e a fome, processo que culmina na contaminação do solo e da água.

Já no que toca ao desmatamento, em nenhum momento o fascículo estabelece relação direta com a questão financeira. Isto nos enseja a novamente retomar o TTr Meio Ambiente, pois este critica o uso de técnicas incompatíveis com a sustentabilidade, nas quais os planos de desenvolvimento em larga escala são os principais causadores de queimadas, desmatamentos, etc., abordagem, portanto, mais satisfatória.

Poderíamos discutir os vários subtemas do ponto de vista financeiro aqui não detalhados, mas isto excederia

o espaço deste texto.

## 5. CONCLUSÕES

Vimos que, embora reconheça as desigualdades sociais e o consumismo, o TTr Meio Ambiente parece ter dificuldade em assumir uma posição firme de questionamento em relação ao modelo político-econômico predominante, característica ainda mais acentuada no fascículo Meio Ambiente e Consumo do INMETRO; IDEC.

Este também, como vimos, assume uma perspectiva mais técnica e não coloca a reflexão sobre esses elementos como organizadores da proposta de encaminhamento das discussões escolares sobre a relação entre o meio ambiente e consumo, o que o distancia significativamente da abordagem do TTr Trabalho e Consumo, que é bem mais crítico em relação ao liberalismo.

Segundo Paulo Freire, “[...] o educador progressista, capaz e sério, não apenas deve ensinar muito bem sua disciplina, mas desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica em que é uma presença” (FREIRE apud ROMÃO, 2008 p. 290).

Na nossa leitura, dos três documentos o que mais se aproximaria da condição descrita por esse educador é o TTr Trabalho e Consumo, enquanto o fascículo Meio Ambiente e Consumo tende, ainda nas suas palavras, a fazer “concessão às artimanhas do “pragmatismo” neoliberal que reduz a prática educativa ao treinamento técnico-científico dos educandos. Ao treinamento e não à formação” (FREIRE apud ROMÃO, 2008, p. 290).

## Referências

AMARAL, L. Crises financeiras: história e actualidade. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 23, set. 2009.

Disponível em:

script="sci\_arttext&pid=S1645-91992009000300009&lng=pt&nrm=iso" www.  
scielo.gpeari.mctes.pt="">.

Acesso em: 01abr.2014.

AUAD, D. Os parâmetros curriculares nacionais e os temas transversais. *Educação Online*, 18 set. 2005.

Disponível em:

< [http://  
www.  
educacaoonline.pro.br  
/index.php  
option=com\\_content&view=article&id=15:  
os-parametros-curriculares-nacionais-e-os-temas-transversais&catid=4:educacao&Itemid=15](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15:os-parametros-curriculares-nacionais-e-os-temas-transversais&catid=4:educacao&Itemid=15)>.

Acesso em: 26 jun. 2014.

BOMFIM, Alexandre Maia do et al . Parâmetros curriculares nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, abr. 2013.

Disponível em:

script="sci\_arttext&pid=S1981-77462013000100003&lng=en&nrm=iso" www.  
scielo.br  
="">.

Acesso em: 16 jun. 2014.

BRASIL. S.E.F. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF, 1998a.

BRASIL. S.E.F. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF, 1998b.

CUNHA, M. M. S. A temática ambiental na educação científica segundo as políticas curriculares oficiais brasileiras. *Linhas críticas*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 219-234, jul./dez. 2007.

INMETRO; IDEC. *Meio Ambiente e Consumo*: coleção educação para o consumo responsável. São Paulo: Idec, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Saúde e Segurança do Consumidor*: coleção educação para o consumo responsável. São Paulo: Idec, 2002b.

\_\_\_\_\_. *Publicidade e Consumo*: coleção educação para o consumo responsável. São Paulo: Idec, 2002c.

\_\_\_\_\_. *Direitos do Consumidor e Ética no consumo*: coleção educação para o consumo responsável. São Paulo: Idec, 2002d.

LAMBERT, P. Pesquisa mede o custo da poluição. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 ago. 1999.

Disponível em:

<[http://  
www1.folha.uol.com  
.br  
/fsp/cotidian/ff19089901.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff19089901.htm)

>.

Acesso em: 18 jun. 2014.

MACEDO, E. Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o exemplo dos PCN. *Educ. Soc.*, abr. 2009, vol. 30, n. 106, p. 87-109.

Disponível em:

< [http://  
www.  
scielo.br  
/scielo.php  
script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100005&lng=pt&nrm=iso)>.

Acesso em: 26 mai. 2014.

MEIO AMBIENTE. In: BRASIL. Secretaria Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro

e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF, 1998.

O QUE É ENEF. *Vida & dinheiro*: educação financeira.

Disponível em:

<[http://  
www.  
vidaedinheiro.gov.br  
/Enef/Default.aspx  
x](http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/Default.aspx)>.

Acesso em: 03 maio 2012.

ROMÃO, J. E. Neoliberalismo. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 2 ed. rev. amp. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 288-291.

SALEH, A. M.; SALEH, P. B. O. O elemento financeiro e a Educação para o Consumo Responsável. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, dez. 2013.

Disponível em:

script="sci\_arttext&pid=S0102-46982013000400009&lng=en&nrm=iso" www.  
scielo.br  
="">.

Acesso em: 01 abr. 2014.

SALEH, A. M.; SALEH, P. B. O. Consumo responsável: um passo além do aspecto ambiental. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 44, jun. 2012.

Disponível em:

<[http://  
www.  
scielo.br  
/scielo.php  
pid=S0104-40602012000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602012000200011&script=sci_arttext)>.

Acesso em: 05 set. 2013.

SALEH, A. M. A educação para o consumo responsável e a sustentabilidade: um caso-exemplo. *Educação Ambiental em Ação*, ano IX, n. 32, jun. 2010.

Disponível em:

<[http://  
www.  
revistaeea.org/artigo.php  
idartigo=867&class=02](http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=867&class=02)>.

Acesso em: 01 dez. 2010.

SALEH, A. M.; SALEH, P. B. O. Apresentação didática do projeto "Educação para o Consumo Responsável". *Revista Conexão UEPG*, Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 6, p. 28-33, 2010.

Disponível em:

<[http://  
www.  
uepg.br  
/revistaconexao/revista/edicao06/4.pdf](http://www.uepg.br/revistaconexao/revista/edicao06/4.pdf)  
>.

Acesso em: 01 dez. 2010.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best

Seller, 1999.

TRABALHO e consumo. In: BRASIL. Secretaria Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília, DF, 1998.

[i] Professor Associado do Departamento de Matemática e Estatística da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR (UEPG/PR). Contato: [abdala.saleh@gmail.com](mailto:abdala.saleh@gmail.com)

[iii] Por uma questão de espaço, não colocaremos as críticas de Bonfim et al. (2013) em relação ao restante do texto do TTr Meio Ambiente.

Recebido em: 29/06/2014

Aprovado em: 29/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: